

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de novembro de 2009.

**Ofício nº. 775/2009 - SNJ**

Ref: Envio de Projeto de Lei Complementar.

Excelentíssimo Senhor  
Anízio Tavares da Silva.  
DD Presidente  
Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para, em conformidade com o disposto no artigo 39 da Lei Orgânica Municipal, encaminhar a essa Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que “Institui, no âmbito municipal, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, a declaração de serviços prestados e tomados, e dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços, nos termos que especifica”.

Tratando-se de matéria de relevante interesse público, solicitamos que referido Projeto de Lei seja apreciado por esta Egrégia Casa de Leis e ao final aprovado.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e demais nobres Vereadores, os nossos mais sinceros protestos de estima, consideração e apreço.

**Mário Celso Heins**  
**Prefeito Municipal**

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 26/ 2009.**

“Institui, no âmbito municipal, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, a declaração de serviços prestados e tomados, e dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários para tomadores de serviços, nos termos que especifica.”

**Mário Celso Heins**, Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei Complementar:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito municipal, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal editará Decreto para:

**I** - disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, definindo, em especial, os contribuintes sujeitos à sua utilização, por atividade ou por faixa de receita bruta;

**II** - disciplinar a declaração dos serviços prestados e tomados;

**III** - definir os serviços passíveis de geração de créditos tributários para os tomadores de serviços;

**IV** - definir os percentuais de que trata o § 1º do art. 4º desta lei;

**V** – disciplinar de que forma será disponibilizada a consulta e utilização dos créditos gerados;

**Art. 2º** Os Prestadores e tomadores de serviços apresentarão, conforme disposto no decreto a que alude o parágrafo único do artigo 1º desta lei, à

Secretaria Municipal de Fazenda declaração dos serviços, respectivamente, prestados e tomados, contendo informações socioeconômicas e fiscais.

**Art. 3º** O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS não pago ou pago a menor, relativo às Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços - NF-e emitidas, bem como as Notas Fiscais de Serviços declaradas nos termos dos artigos 2º desta Lei, constituem confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência dos tributos e serão incluídos em dívida ativa do Município com os acréscimos legais devidos, na forma do regulamento.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal poderá efetuar cobrança amigável do valor apurado, previamente à inscrição em dívida ativa do Município.

**Art. 4º** O tomador de serviço poderá utilizar, a partir de 1º de janeiro de 2010, como crédito para fins do disposto no art. 5º, parcela do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devidamente recolhido no Município, relativo às Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços passíveis de geração de crédito.

**§ 1º** O tomador de serviço fará jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo nos seguintes percentuais, a serem definidos pelo decreto, na conformidade do disposto no inciso IV do parágrafo único do art. 1º desta lei, aplicados sobre o valor do ISS:

**I** - de até 30% (trinta por cento) para pessoas físicas domiciliadas no Estado de São Paulo, observado o disposto no § 3º deste artigo;

**II** - de até 10% (dez por cento) para Microempreendedores, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no § 2º deste artigo;

**III** - de até 10% (dez por cento) para os condomínios edifícios residenciais ou comerciais, localizados no Município de Santa Bárbara d'Oeste.

**§ 2º** Não farão jus ao crédito de que trata o "caput" deste artigo:

**I** - os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas,

sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município;

**II** - as pessoas jurídicas estabelecidas fora do território do Município de Santa Bárbara d'Oeste.

**Art. 5º** O crédito a que se refere o art. 4º desta lei poderá ser utilizado exclusivamente para abatimento de até 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU a pagar, referente a imóvel localizado no território do Município de Santa Bárbara d'Oeste, indicado pelo tomador, na conformidade do que dispuser o decreto.

**§ 1º** Não será exigido nenhum vínculo legal do tomador do serviço com a inscrição imobiliária por ele indicada.

**§ 2º** Os créditos previstos no art. 4º desta lei serão totalizados em 31 de outubro de cada exercício para abatimento do IPTU dos exercícios subsequentes, referentemente a imóvel que não tenha débito em atraso.

**§ 3º** Os créditos gerados deverão ser utilizados dentro do período de 05 (cinco) anos, contado a partir do 1º dia do mês de janeiro do ano seguinte ao da apuração.

**Art. 6º** O valor do crédito indicado pelo tomador de serviço será utilizado para abatimento do valor do IPTU lançado para o exercício seguinte, devendo o valor restante ser recolhido na forma da legislação vigente.

**Parágrafo único** A não quitação integral ou proporcional do Imposto, dentro do respectivo exercício de cobrança, implicará a inscrição do débito na dívida ativa, desconsiderando-se o abatimento obtido com o crédito indicado pelo tomador.

**Art. 7º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da publicação do decreto de regulamentação.

Santa Bárbara d'Oeste, 16 de novembro de 2009.

**MÁRIO CELSO HEINS**  
**Prefeito Municipal**

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

O presente Projeto de Lei trata da instituição, no âmbito municipal, da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços. Documento fiscal eletrônico, que visa substituir ao longo do tempo, a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com segurança garantida pela utilização de senha pessoal do remetente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

O sistema propiciará facilidades ao contribuinte e ao escritório contábil responsável pela escrituração, emissão e entrega de documentos, visto que não precisarão se deslocar até a Municipalidade, bastando para tanto acessar eletronicamente os serviços disponíveis, propiciando assim redução de custos.

Entendemos que os benefícios da utilização da Nota Fiscal Eletrônica, trará maior transparência para as transações comerciais e de prestação de serviços, acarretando ao município maior segurança na fiscalização e na certeza dos recolhimentos dos impostos, impostos estes que reverterão em benefício da população barbareense nos mais variados serviços de saúde, educação, lazer, obras, infra-estruturas.

Diante do exposto, e pela relevância da matéria, encaminhamos às Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, guardado dos nobres Edis sua apreciação e aprovação nos prazos regimentais.

**MÁRIO CELSO HEINS**  
**Prefeito Municipal**